

DISCURSO DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA  
RAQUEL DODGE

**Solenidade de posse**  
**do Ministro Dias Toffoli**  
**no cargo de Presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça**  
Brasília, 13/09/2018, 17 horas

Senhor Presidente da República Michel Temer,  
Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Tóffoli,  
Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira,  
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia  
Senhora Ministra Cármen Lúcia e Senhora e Senhores Ministros do STF, de hoje e de sempre,  
Senhor Presidente da OAB Cláudio Lamachia,  
Senhora Advogada-Geral da União, Grace Mendonça,  
Senhores Conselheiros do CNJ e do CNMP,  
Cumprimento Vossas Excelências e, em seu nome, todas as autoridades presentes,  
senhoras e senhores,

Desde a Constituição do Império, pela qual foi criado e instalado em 1829, o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição; e desde a Constituição de 1988, de quilate genuinamente republicano, tornou-se também notável guardião da democracia e de direitos humanos. Prestes a completar 190 anos, o Supremo, como é

respeitosamente conhecido por todos os brasileiros, tem ajudado a construir no Brasil uma sociedade mais justa e solidária, a instituir um estado de direito e de respeito às instituições.

O Brasil situa-se hoje, no cenário das nações, como um regime de leis que valem para todos. Este é um sinal extraordinário do rompimento com um passado de dificuldades de acessar a justiça, de punir infratores poderosos e de defender os direitos dos mais vulneráveis.

A eminente Ministra Cármen Lúcia, que se despede da presidência do Supremo, deixou marcas relevantes na história da Corte: de busca da segurança jurídica, de impessoalidade das decisões judiciais, de elevado espírito público, priorizando na pauta do Plenário temas necessários para o cotidiano e a segurança dos brasileiros que precisam de justiça. A ela apresento o reconhecimento do Ministério Público pelo muito que fez neste mandato de dois anos.

Cumprimento o Ministro Dias Tóffoli pela elevada honra de assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, desejando-lhe êxito no mandato, à vista do importante legado construído por todos os que o antecederam, em espírito permanente de unidade e de renovação, próprios de um colegiado de julgadores que conhecem a complexa realidade onde exercem sua jurisdição, matizada por pujança e desigualdade, por ser multicultural e singular em sua autenticidade, a abrigar diferenças, aspirando igualdade perante a lei. Magistrado

experiente, o Ministro Dias Toffoli sabe que manter a credibilidade do Judiciário e a confiança dos brasileiros na justiça pública é essencial para a paz social. Construir consensos e respeitar dissensos. Se tais são desafios para cada um e cada uma dos membros desta Corte, esta é também a principal virtude do colegiado. A grandeza de uma Corte advém da pluralidade de suas vozes. A autoridade maior de uma Corte é alcançada quando suas vozes se fazem uma e o pensamento de todos se converte na decisão justa.

O Supremo Tribunal Federal credenciou-se entre as principais Cortes das democracias ocidentais por uma grande marca: a profundidade dos fundamentos que adota em suas decisões e as diretrizes civilizatórias de sua jurisprudência, que servem de norte orientador para decisões de todos os Tribunais e magistrados do país. É preciso anotar que o acatamento a suas decisões não advém apenas de sua posição superior na hierarquia do Judiciário, mas da aderência à lei e ao justo na arte de resolver os graves conflitos trazidos a sua solução.

O Supremo Tribunal Federal tem sido o garante da vontade do Constituinte e tem guardado a Constituição. Muito mais que isso, nas décadas recentes, tem garantido a própria democracia e as liberdades fundamentais.

Ao resolver grandes conflitos jurídicos, permanece fiel à cidadania e ao nobre ideal de garantir segurança, prosperidade e um mundo mais

sustentável para esta e as futuras gerações de brasileiros, segundo a Constituição.

Os que visam, como o Ministério Público, garantir segurança jurídica para a vida em sociedade e a reverter o lamentável quadro de corrupção, de violência, de improbidade administrativa e de afronta a direitos humanos no Brasil, encontram no Supremo Tribunal Federal o provimento judicial cabível. Por isso, defendemos a adoção plena do sistema penal acusatório – em substituição ao sistema inquisitorial, de raízes medievais, vigente até a Constituição de 1988 –, de modo a separar nitidamente as funções de acusar, defender e julgar; a garantir a atribuição constitucional do Ministério Público como titular exclusivo da ação penal pública, responsável por acusar ou arquivar; a garantir a paridade de armas no processo penal; a instituir um sistema argumentativo em torno dos fatos e da lei; e a enfatizar a isenção judicial, para o fim de elevar a credibilidade da atuação judicial e alcançar o justo.

Os que defendem o interesse coletivo, a proteção de direitos individuais, a erradicação da desigualdade e das disparidades regionais, o desenvolvimento sustentável e a liberdade de expressão sabem, como o Ministério Público testemunha diariamente, que, aqui, Ministras e Ministros atentos, estudiosos da lei e do processo e dedicados ao serviço público de administração de justiça, não medem esforços para entregar o mais celeremente possível sua decisão bem fundamentada.

Este patrimônio jurídico tem sido construído ao longo de quase 190 anos, sobre os mais diversos assuntos da vida dos brasileiros: o financiamento da saúde pública, a educação escolar obrigatória, as regras trabalhistas e de comércio, o rigor tributário, a proteção da água potável e das florestas, a guarda da intimidade pessoal, a garantia da liberdade de expressão e do direito de reunião e de associação e a contenção da força do Estado constam da pauta semanal de trabalho, a exigir dos Ministros estudo permanente, esmerado senso de justiça e grande resignação pessoal.

Os Ministros desta Casa conhecem a dura realidade que a população vivencia, restauram seus direitos, protegem as minorias, restituem terras indígenas, proíbem a discriminação, velam pelo acesso a serviços públicos, impõem o ressarcimento dos danos ao patrimônio público, reprimem a corrupção de verbas públicas, corrigem o dano ambiental. Há muito ainda a fazer.

Preocupam-se com o vigor das instituições brasileiras. Sabem que a separação entre a coisa pública e a privada é matriz da democracia e da vida civilizada. Acabam de decidir que o ressarcimento ao patrimônio público por atos de improbidade não prescreve, porque é uma exigência da cidadania. Entendem que quando os serviços de relevância pública, como saúde e educação, carecem de eficiência comprometem o futuro dos mais jovens; e que a vida em sociedade reclama segurança pública cidadã.

Consolidar a democracia brasileira, assegurar liberdades públicas e proteger direitos são desafios no cotidiano desta Corte. Tais desafios exigem integridade e permanente fidelidade à Constituição.

A memória do Supremo é alicerce do seu mandato constitucional. O estudo de sua jurisprudência mostra que o acatamento de cada decisão judicial tem sido fruto da justiça que ela contém. Este é o viés dos precedentes mais importantes e mais citados. Em momentos críticos, o Supremo encontrou em notáveis decisões do seu passado diretrizes para os conflitos presentes, antecipando prenúncios de paz social. A Corte tem construído soluções para o presente com um olhar no futuro, fortalecendo a democracia.

É importante realçar que alternância e transparência têm fortalecido o Supremo Tribunal. Alternância na Presidência do Supremo e a transparência das sessões e dos votos – densos em conteúdo e profundos em fundamentação – são atributos que contribuem para o vínculo que a Corte mantém com a sociedade e para a credibilidade da justiça. Ensejam o debate público e conquistam confiança. Uma nota importante sobre o caráter do Supremo Tribunal Federal está em sua disposição em renovar-se para manter-se conectado com os problemas reais e com a necessidade de permanente vigilância e disposição para atuar.

É por isto que, neste momento de passagem, ao mencionar e resgatar estes vestígios da memória desta grande instituição, tenho o

propósito de lembrar a essência da Corte, construída sobre a integridade de seus membros, e a grandiosidade de sua missão constitucional.

Parafraseando Izaías, podemos dizer que a justiça é fruto da palavra adestrada pela Constituição para o conforto dos abatidos; e que a paz é fruto da justiça, a exigir de nós coragem para fazer o certo. Como em tudo na vida.

Muito obrigada!